



Arquivos como lugares de memória por meio da difusão arquivística

Archives as places of memory through archival diffusion

Bruna Carballo Dominguez de Almeida 
Mestre em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
brunacdalmeida@furg.br

Valdir José Morigi 
Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
valdir.morigi@gmail.com

Marcia H. T. de Figueredo Lima 
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
marciahelolima@gmail.com

Thiago Henrique Bragato Barros 
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
bragato.barros@ufrgs.com

Resumo

Este artigo visa fazer uma reflexão sobre como a difusão arquivística pode auxiliar na efetivação dos arquivos enquanto lugares de memória. Problematisa esta visão, uma vez que ressalta a importância dos arquivos como espaços para disseminação de informações e memória. Da mesma forma, contribui para as pesquisas em torno da difusão arquivística, propondo uma análise sobre a importância desta função no processo de efetivação dos arquivos como espaços com duplo papel de lugar de informação e de memória coletiva e individual. A metodologia utilizada é qualitativa com uma pesquisa bibliográfica, que utilizou como fontes de informação livros e artigos sobre o tema. Observou-se que os lugares de memória não são impostos, são construídos a partir de uma identificação das pessoas com o lugar, já que a afirmação de uma identidade e o sentimento de identificação e pertencimento com um lugar são basilares para a efetivação de um lugar como de memória. Entende-se que a aura simbólica necessária para efetivação dos arquivos como lugares de memória, perpassa o tratamento adequado do acervo custodiado nas instituições. Quanto às conclusões, percebe-se nos arquivos todas as ferramentas para que estes sejam eleitos como lugares de memória. No entanto, compreende-se que a difusão é condição de possibilidade necessária e fundamental no processo de efetivação dos arquivos como lugares de memória.

Palavras-chave: arquivos; lugares de memória; difusão arquivística.

Abstract

This article aims to reflect on how archival diffusion can help to make archives effective as places of memory. It problematizes this view, since it emphasizes the importance of archives as spaces for the dissemination of information and memory. Likewise, it contributes to research on archival diffusion, proposing an analysis of the importance of this function in the process of making archives effective as



doi: [10.28998/cirev.2022v10e](https://doi.org/10.28998/cirev.2022v10e)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 18/05/2022

Aceito em: 05/08/2023

Publicado em: 05/08/2023

spaces with a dual role as a place of information and collective and individual memory. The methodology used is qualitative with bibliographical research that used as sources of information books and articles on the subject. It was observed that places of memory are not imposed, they are built from an identification of people with the place, since the affirmation of an identity and the feeling of identification and belonging to a place are fundamental for the realization of a place. as from memory. It is understood that the symbolic aura necessary for the realization of the archives as places of memory, permeates the proper treatment of the collection held in the institutions. As for the conclusions, one can see in the archives all the tools for them to be elected as places of memory. However, it is understood that diffusion is a necessary and fundamental condition of possibility in the process of making archives effective as places of memory.

Keywords: *archives; place of memory; archival education.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como ideia central que a difusão arquivística é condição de possibilidade para a efetivação dos arquivos enquanto lugares de memória. O tema proposto traz reflexões para a construção do conhecimento a respeito dos arquivos enquanto lugares de memória. Da mesma forma, contribui para o desenvolvimento das pesquisas em torno da difusão arquivística, pois propõe uma análise sobre o papel desta função no processo de efetivação dos arquivos como espaços onde se cultivam informações sobre a sociedade, contribuindo para a possibilidade de construção da memória coletiva e individual.

A difusão arquivística apresenta-se como uma função realizada nos arquivos e que permite propagar as informações, o acervo e o trabalho das instituições. Com isso, são praticadas ações que visam aproximar o usuário dos arquivos, difundindo as informações custodiadas a todos que delas possam necessitar. Assim, chega-se ao acesso à informação.

Enquanto isso, o termo lugar de memória traduz a simbologia atribuída a um determinado lugar, o que lhe confere, para além da localização geográfica, abrigo de sentimentos ligados às memórias presentes e reativadas por suas especificidades. É associado a lugares que provocam essas sensações de maneira individual e/ou coletiva.

Assim, pretende-se explorar esse universo dentro dos arquivos, partindo do estudo de bibliografias em língua portuguesa que abordam e problematizam a visão dos arquivos enquanto lugares de memória. A metodologia utilizada na construção do artigo é qualitativa centrada em uma pesquisa bibliográfica realizada no segundo semestre de 2021, tendo como fontes de informação livros e artigos sobre o tema.

As fontes consultadas partiram, em sua maioria, de artigos disponíveis na Internet. Para a seleção destas, foram feitas buscas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando palavras-chave e, como uma baliza de tempo, o período de 2001 a 2021. Foram obtidos 22 resultados para “arquivo lugar de memória”, 51 para “difusão em arquivos” e 29 para “difusão arquivística”, totalizando 102 textos. Após esta etapa, foram selecionados 12 textos para compor a pesquisa. O critério de seleção estabelecido foi a relevância e a pertinência dos textos.

As reflexões apresentadas são fruto do desenvolvimento de atividades práticas e intelectuais dos autores, que veem, neste tema, a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia e da Ciência da Informação, bem como, com os temas que circundam as áreas – neste caso, a difusão arquivística e a memória. A difusão, função importante para a conexão entre arquivos e usuários, é muitas vezes protelada e esquecida pelos profissionais no desenvolvimento das diversas atividades técnicas que a antecedem. Desta

forma, procura-se evidenciar a importância desta no processo de efetivação da memória nos arquivos, trazendo novos contornos para a função.

Quanto às conclusões, percebe-se nos arquivos todas as ferramentas para que estes sejam eleitos como lugares de memória. De fato, as informações presentes nos arquivos são importantes para a cultura e a memória individuais e coletivas. No entanto, apenas a existência dessas informações não é suficiente para que se aponte que o lugar de guarda delas é um lugar de memória. Sendo assim, entende-se que a difusão é fundamental no processo de possibilitar a efetivação dos arquivos como lugares de memória. A institucionalização simbólica necessária pode ser atribuída aos arquivos a partir de metodologias de aproximação dos arquivos com a sociedade, fidelizando usuários e auxiliando na identificação das pessoas com o lugar. Tratar-se-ia de uma institucionalização imaginária do arquivo com carga simbólica afetiva. O arquivo contribuiria para soldar-nos, como a memória autêntica das sociedades primitivas o fazia.

2 OS ARQUIVOS COMO LUGARES DE MEMÓRIA

Para compreender qual o papel da difusão arquivística no processo de institucionalização dos arquivos como lugares de memória, é necessário o entendimento dos termos que envolvem o tema. Sendo assim, iniciam-se as reflexões a partir da compreensão do que são os lugares de memória.

O termo ganhou espaço a partir da publicação, em 1984, da obra *Les Lieux de mémoire* de Pierre Nora. Na obra, o autor dedica-se a uma crítica à historiografia, que seria uma consequência da perda de memória coletiva “verdadeira”, compartilhada a que se está sucumbindo enquanto sociedade funcional ou partida e o quanto isso força a acumulação de vestígios como um fenômeno coletivo, quase desesperado de salvar fragmentos, erigir monumentos, salvar documentos. “Se ainda habitássemos nossa memória, não teríamos a necessidade de consagrar-lhe alguns lugares específicos.” (Nora, 1984, p. 2).

Com isso, sente-se a necessidade de preservar tudo que é passível de reconstrução da história por vias de reviver a memória. Neste sentido,

Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, autos de processos, monumentos, santuários, associações, são como a ponta de um *iceberg* que testemunha uma outra época, ilusões de eternidade. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais. Eis porque a defesa por algumas minorias de uma memória refugiada em certos lares privilegiados e ciumentamente guardados não faz senão levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história rapidamente os varreria. São bastiões em que se defendem. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, também não haveria necessidade de construí-los. Se as lembranças que encerram fossem realmente vividas, eles seriam inúteis. (Nora, 1984, p. 7-8).

Os lugares de memória são moradas do que já não existe. O autor pontua a ilusão de eternidade provocada por esses lugares, bem como sua necessidade de existência vinculada à ameaça do desaparecimento das memórias ali abrigadas. “Quanto menos a memória é vivida interiormente, mais ela necessita de suportes exteriores e de referências exteriores tangíveis de uma existência que só vive através delas.” (Nora, 1984, p. 9).

Para que um lugar seja reconhecido como abrigo da memória, é necessário que este esteja envolto em um simbolismo, que faça com que as pessoas reconheçam o lugar como tal:

Eles são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente, apenas em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, **só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica**. Mesmo um lugar puramente funcional, como um livro didático, uma associação de ex-combatentes, só entra na categoria se ele é objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo como que um recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a uma evocação concentrada da lembrança. Os três aspectos sempre coexistem. (Nora, 1984, p. 18, grifo nosso).

Sendo assim, um arquivo só é lugar de memória, se houver uma aura simbólica que o eleve a tal categoria. Os lugares de memória não são impostos, são reconhecidos como tais, isto é, marcados a partir de uma identificação das pessoas com o lugar, a qual atribui a simbologia necessária para que se transforme de um depósito em um lugar de memória.

Considerando tais pressupostos, faz-se importante refletir também sobre os elementos que constituem a memória individual e a coletiva e que são a chave para revestir de simbolismo e transformar um lugar administrativo – um arquivo – em um lugar de memória. Segundo Pollak (1992), a memória individual diz respeito aos acontecimentos vividos individualmente e, portanto, os símbolos que revivem tais acontecimentos são elegíveis no íntimo dos indivíduos que o experimentaram. Já as memórias coletivas são

Os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (Pollak, 1992, p. 201).

Sendo assim, mesmo que se tenha vivido uma determinada época, ao absorver experiências coletivas de pessoas que a viveram, recebem-se inconscientemente essas memórias como herança e, com isso, passa-se a sentir parte daquele momento. Além das reflexões sobre memória individual e coletiva, Pollak (1992) traz contribuições importantes sobre os lugares de memória:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. (Pollak, 1992, p. 202).

Os lugares de memória vêm a contribuir para a rememoração de eventos. Em muitos casos, são lugares em que a memória transmitida é uma herança entre gerações. Com isso, pessoas que não viveram um determinado acontecimento, encontram memórias e desenvolvem sentimentos de identificação com estas através destes lugares.

Como se pode observar, para que exista como tal, o lugar de memória deve ter um simbolismo. Isso pode acontecer no íntimo de uma pessoa, que elege um lugar como de memória a partir de uma experiência individual, ou ainda, de forma coletiva, com identificação e atribuição de simbolismo por pessoas que, inclusive, não viveram os acontecimentos ali rememorados.

Salienta-se que nestes lugares, edificados pelas memórias coletivas:

O que se tem em mãos, [...] são coisas/testemunhos – livros, documentos, objetos. Ideal e potencialmente esses suportes nos remetem a alguma coisa. Encontram sentido se [...] postos em relação por um procedimento intelectual com um universo de dados construídos. As operações intelectuais que determinam as tarefas práticas sobre essas coisas/testemunhos é que vão criando, em primeiro lugar, o caminho de acesso a elas e, depois, vão recheando esse caminho com cruzamentos em rede que são em síntese possibilidades de interpretação. Entre coisa/testemunho e memória social há distâncias a vencer sem que se tenham inclusive as balizas do que exatamente alcançar, pois, certamente, a memória social não está naturalmente ali, qualquer que seja a conceituação que se apregoe. (Ceravolo, 2010, p. 48).

Para a autora, a memória situada nestes lugares não é natural. Isso vai ao encontro do que afirma Nora (1984), ao mencionar que a necessidade de criar lugares de memória, está ligada à própria perda de memória da sociedade moderna. Sem o simbolismo, os objetos e registros não têm força para conectar-se com a memória.

O tratamento dispensado aos objetos e registros é fundamental no processo de atribuição de simbolismo, uma vez que o lugar não se estabelece como de memória de maneira natural.

Nora (1993) lembra que o que se chama de memória nesta sociedade é uma constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que é impossível lembrar. Essa é também a posição de Derrida (2001) e Roudinesco (2006). É exatamente por isso, que a maioria das instituições que deveriam ser lugares de memória, constituem-se em simples depositário de objetos desprovidos de memória, de história, incapazes de falarem ao subjetivo. (Nora, 1993¹; Derrida, 2001²; Roudinesco, 2006³ *apud* Pinto, 2013, p. 92).

Neste sentido, torna-se importante refletir sobre o que realmente possui relevância para a memória social. Sem a atribuição social de uma aura simbólica, não é viável guardar. É necessário que os lugares sejam um reflexo das tendências, das necessidades e das matrizes identificadoras do grupo que representam.

¹ NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2010.

² DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

³ ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

A partir das reflexões inicialmente propostas por Nora, muitos autores, em diferentes tempos, discutiram e buscaram contribuir com os contornos do termo. Sobre a complexidade dos lugares de memória, “é importante sublinhar a qualidade mutante, flexível e dinâmica deste conceito amplo que se renova em constantes apropriações, questionamentos e retomadas [...]” (Coser, 2017, p. 241). Tendo visto a necessidade de simbolismo para institucionalizar um lugar como de memória, procura-se identificar se os arquivos podem ser considerados lugares de memória.

É comum observar afirmações sobre o papel dos arquivos na preservação da memória, a importância do patrimônio documental, entre outras. Buscando identificar bases que corroboram as afirmações, a Declaração Universal dos Arquivos, documento aprovado em encontro internacional ocorrido em 2010 na cidade de Oslo, diz que:

Arquivos registram decisões, ações e **memórias**. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitidos de uma geração a outra. Documentos de arquivo são gerenciados desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a **constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva**. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida. Por isso reconhecemos: [...] o caráter essencial dos arquivos para apoiar a condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteger os direitos dos cidadãos, **fundamentar a memória individual e coletiva, compreender o passado**, documentar o presente e orientar as ações futuras [...]. (CIA, 2010, [s/p], grifo nosso).

Destarte, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a partir da declaração aprovada em 2010, pontua o papel dos arquivos como agentes de preservação e de perpetuação da memória. Isso por si só não exprime a complexidade do termo lugar de memória. Porém, é importante para compreender como o órgão máximo da área entende os arquivos: do ponto de vista institucional, os arquivos possuem papel relevante na preservação da memória social.

A afirmação de uma identidade e o sentimento de identificação e de pertencimento com um lugar são basilares para a efetivação de um lugar como de memória. Neste sentido:

A identidade, enquanto fenômeno sociocultural, se forma e se consolida por discursos e práticas que utilizam a memória como uma das fontes de sua elaboração. Já o Arquivo, enquanto lugar de memória, aparece como uma instituição de substancial importância no fornecimento desses subsídios. (Britto; Mokarzel; Corradi, 2017, p. 159).

Sendo assim, entende-se que parte do processo de identificação de um indivíduo ou grupo passa pela memória. Os autores salientam que o arquivo possui papel relevante neste processo, uma vez que entendem o potencial deste lugar como de memória. Neste sentido, Cook (1998, p. 143) busca imprimir relevância simbólica aos arquivos ao afirmar que “Como instituições, tanto como coleções, os Arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas.”

Com relação à manutenção da memória a partir dos lugares, Pinto (2013) traz reflexões na mesma vertente apresentada por Nora (1984). A autora considera um equívoco nomear como lugares de memória o que, na verdade, são apenas depósitos que guardam coi-

sas em excesso e não expressam a verdadeira necessidade de reviver as experiências ali depositadas.

Essa procura pela materialidade, pelo objeto, pelos vestígios, integra o corpus da maioria das instituições hoje. Para que se configurem em lugares de memória faz-se necessário esse trabalho de presentificação da memória, trazendo a vida e a experiência para os arquivos, para os objetos. É preciso trazer para o lugar de memória o sentimento de pertencimento no presente, em sua agoridade. (Pinto, 2013, p. 91).

Neste sentido, a busca por significados e simbolismos que efetivem a noção de arquivo como lugar de memória é condição de possibilidade necessária e indispensável. Do contrário, a própria relação com a memória que se encontra da Declaração Universal dos Arquivos (CIA, 2010), não seria o retrato verdadeiro das instituições e de suas relações sociais. Portanto:

Falar em lugares é falar de um tempo para além dos acontecimentos vividos na intimidade da memória, para examiná-los sob a reconstituição da história. Se temos a necessidade de criar lugares para vivenciar a memória, porque já não a possuímos, ou já não temos mais como detê-la, ou vivenciá-la de outro modo na sociedade, então a “constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” faz com que se proliferem os lugares, tendo no arquivo um desses lugares, de memória e de história. (Nora, 1993⁴ *apud* Menezes; Silva; Teixeira Júnior, 2005, p. 75).

A partir destas citações, reafirmam-se os arquivos como possibilidade de lugares que auxiliam nessa retomada da memória coletiva. Através das informações presentes nos arquivos – devidamente tratadas, organizadas e selecionadas –, compõe-se um cenário propício para a criação de simbologia necessária que faça do arquivo, um lugar de memória. Sendo assim, o arquivo é entendido como essencial na sociedade, atuando “como custodiador e disseminador dos vestígios que mantêm uma coletividade e que permitem a construção e a consolidação de uma memória e identidade social.” (Britto; Mokarzel; Corradi, 2017, p. 166).

Para que este cenário se efetive, é necessário que se perceba o arquivo como

um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 58).

Preservada a consciência das características que fazem com que os documentos custodiados em arquivos sejam diferenciados de documentos presentes em outras instituições, observa-se que justamente nessas relações orgânicas é que estão as bases para a compreensão do que os confere a característica de lugar de memória. Os arquivos são o retrato das relações administrativas, culturais e políticas entre pessoas e instituições.

Neste sentido, entendê-los como fonte para o exercício de cidadania é um caminho construído e pavimentado por conjuntos de ações que vão da gestão dos acervos à presta-

⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projeto/historia/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2010.

ção de serviços, passando pela difusão e por trocas infocomunicacionais entre a instituição e os cidadãos. Porém, ao analisar mais a fundo as relações que apresentam, encontra-se também o viés de identidade, memória, cultura e história individual e/ou coletiva preconizado pela simbologia que reveste os lugares de memória.

Dessa forma, o que se tem posto é que a relação entre os acontecimentos vividos e a sua transmissão produz memória; e o arquivo, aqui, se apresenta como uma das formas de difundi-la, por meio do registro informacional presente em seus documentos. Nesse sentido, o arquivo é o lugar de memória para a pesquisa histórica. Concebido como *lócus* interativo entre o pesquisador e o objeto, por meio da revista e da equiparação das teorias existentes, o arquivo possibilita o progresso e a humanização destas teorias e, ao mesmo tempo, o cultivo do pensar crítico e criativo do pesquisador. (Barros; Amélia, 2009, p. 58).

Ao analisar a bibliografia, percebe-se que há corroboração para a ideia presente popularmente na comunidade arquivística. Ao aprofundar as leituras, encontram-se subsídios necessários para afirmar que os arquivos são lugares de memória.

Apesar da linha entre depósito e lugar de memória parecer tênue, entende-se que a simbologia exigida para que os arquivos sejam efetivados como tais, perpassa uma série de atividades, de técnicas e de metodologias aplicadas no tratamento dos documentos. Um documento, sem contextualização e o devido tratamento, é só um documento. Bem como, um arquivo, sem uma intervenção arquivística correta, é só um depósito.

Neste sentido, entende-se que a aura simbólica necessária para efetivação dos arquivos como lugares de memória é atravessada pelo tratamento adequado do acervo custodiado nas instituições. Indo um pouco mais além, entende-se também que este tratamento não acaba na “simples” organização das informações – intelectual e fisicamente. É necessário dar visibilidade aos arquivos para que a sociedade os enxergue, sinta-se representada e identificada para que a simbologia seja efetivada.

A etapa do tratamento dos documentos que possui as diretrizes para que a visibilidade ocorra chama-se difusão arquivística. Na próxima seção, será feita a conceituação do termo, além de uma argumentação sobre sua importância como elo entre os arquivos e a sociedade.

3 DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA ENQUANTO UMA FUNÇÃO

A difusão é a ponta final do tratamento dispensado aos arquivos. Devido a demandas mais urgentes e ao volume de trabalho vigente nos arquivos, é comum, na realidade da área, que a difusão seja protelada. Porém, esta função tem papel importante quando se fala em aproximação com a sociedade.

Segundo Pereira e Silva (2019, p. 11), as instituições de arquivos precisam estar em evidência, já que “quanto mais próximas da sociedade, mais utilizada e defendida por ela será, pois seu uso e relevância serão percebidos por um público cada vez maior”. Através dessa proximidade, é efetivado o acesso à informação, bem como se cria vínculos com a comunidade a quem os documentos custodiados dizem respeito. Nisso reside a própria identificação das pessoas com o lugar, fortalecendo o culto à memória e empregando simbologia aos arquivos como lugares de memória.

Seguindo as tendências de um profissional dinâmico e centrado na informação como objeto de estudo e de trabalho, as funções desempenhadas pelos arquivistas devem ser de:

criação/produção, avaliação, aquisição, conservação/preservação, classificação, descrição, difusão/acesso (Santos, 2009). Neste mesmo sentido, Barros (2020) afirma que:

Todos os processos de organização arquivística geram produtos, isso vale para todas as funções e seus desdobramentos. Importante destacar que esses processos e seus produtos não são um fim em si mesmos, quer dizer, ainda que a partir do estudo do órgão produtor dos documentos se construa um plano de classificação, o plano não encerra todos os objetivos. Os processos de acesso e difusão, [...] são contínuos, complementares e indissociáveis. (Barros, 2020, p. 79).

É importante observar que o tratamento das informações é um todo indissociável. Todos os produtos gerados na aplicação das funções são ferramentas que permitem dar continuidade ao tratamento. No caso da difusão e do acesso, que são as últimas etapas do processo, ainda assim, não se vê um fim em si mesmos, já que é através deles que a informação ganha dinamização e visibilidade perante a sociedade.

Neste sentido, difusão é um conjunto de práticas exercidas no arquivo, perpassando todas as outras funções, ou seja, divulgando e propagando as ideias do arquivo (Santos, 2009). Em consonância, “a difusão é um canal de ligação entre o arquivo e seu público, tendo em vista seu caráter de divulgação.” (Almeida; Medeiros, 2017, p. 93). Para as autoras, o processo funciona como uma divulgação da instituição – seu produto, sua história, importância, etc. – trazendo para junto de si, o usuário.

Ressalta-se que o trunfo da difusão é a aproximação que esta realiza entre o acervo e o usuário, residindo, nisso, o principal motivo para se difundir acervos arquivísticos. Bellotto (2014, p. 134) diz, que “é com esse sentido, o do acesso pleno do cidadão ao universo da informação, [...] que os arquivos devem se posicionar na sociedade.” Sendo assim, “os processos de difusão e acesso lidam com o que existe de mais sensível na missão dos arquivos no cumprimento de servir à sociedade e dar acesso aos conjuntos documentais.” (Barros, 2020, p. 80).

Com isso, ressalta-se a importância da difusão no acesso à informação, uma vez que é por meio dessa função que são pautadas as políticas arquivísticas de aproximação do arquivo com a sociedade. Assim, se permite o pleno uso das informações e cumpre-se a missão principal das instituições arquivísticas.

A interatividade entre usuário e arquivo, pode ser estabelecida através da difusão, a partir de processo educativo, no qual o arquivo passa a ter relevância na comunidade e esta se identifica com o local, como é comum acontecer com museus e bibliotecas. Ainda, é relevante afirmar que:

Entendemos que a difusão deve ser colocada entre as prioridades, uma vez que é através dela que a sociedade conhece o patrimônio documental. [...] É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor. (Barbosa; Silva, 2012, p. 2).

Para tanto, é necessário compreender que a difusão acontece de diferentes maneiras. É preciso entender a função como um projeto, que deve apresentar um planejamento, um estudo das necessidades e das possibilidades do arquivo, identificação de público-alvo, ações direcionadas a essas variáveis, o acompanhamento das atividades e, por fim, a análise dos resultados obtidos. Neste sentido, observa-se na bibliografia que existem tipos de difu-

são, que devem ser levados em consideração no planejamento das ações. A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com os tipos de difusão e as metodologias envolvidas.

Quadro 1 – Tipos e métodos de difusão arquivística

Tipos de difusão	Métodos para difusão
Difusão editorial	Publicação de instrumentos de pesquisa, circulação de periódicos referentes ao arquivo, desenvolvimento de projetos acadêmicos para posteriores publicações e participações em eventos da área, publicações em revistas de caráter histórico, revistas culturais e edição de textos com um estudo crítico acerca de certos documentos importantes para a comunidade, entre outros meios que possibilitem a interação entre usuários e arquivo por meio de publicações.
Difusão cultural	Apresentação de comentários sobre grupos documentais em horários estratégicos, leitura de trechos de documentos em canais radiotransmissores, exposições de documentos que tenham relação com momentos vividos no presente, recitais de poesia e música, conferências relacionadas a assuntos de documentos específicos, roteiros para turistas, entre outros.
Difusão educativa	No arquivo ou com a participação efetiva deste nas salas de aula, os alunos recebem as noções básicas de como funcionam os arquivos e qual o papel que desempenham na sociedade. Essas atividades normalmente estão relacionadas com a história local, com personalidades ou com a história das instituições que se destacam na região. Podem ser firmadas também, parcerias com bibliotecas e museus, para uma ação conjunta entre as instituições dentro das escolas. As atividades podem ser desenvolvidas através de visitas ao arquivo, aulas planejadas através de documentos históricos, incitação dos alunos a fazerem pesquisas históricas a partir de fontes que podem ser encontradas no arquivo, entre outras atividades.

Fonte: Adaptado de Bellotto (2004)⁵, Bellotto (2014)⁶ e Perez (2010)⁷ *apud* Almeida (2014).

Com base nas informações apresentadas, entende-se que a difusão editorial é um canal que leva informações do arquivo para a comunidade, informando sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades desenvolvidas no âmbito do arquivo, dos serviços oferecidos e dos programas em andamento (Bellotto, 2004). Seu maior impacto é dentro da própria arquivologia, uma vez que procura a promoção de estudos, de projetos e de publicações científicas.

Ainda, pode-se dizer que a difusão editorial é uma forma de projeção institucional. Neste sentido, Barbosa e Silva (2012, p. 56) afirmam que “Publicar deve ser visto como ‘atividade-fim’ dos arquivos públicos, e não como ação de segunda categoria [...]”, ressaltando a importância dessa ação para a autopromoção das instituições.

Com relação à difusão cultural, esta pode ser promovida de diversas formas e direcionada a um público específico, buscando “[...] aproximar o público aos arquivos com o intuito de conquistar novos usuários para realizarem suas pesquisas neste meio.” (Prade; Perez, 2017, p. 243). Esse tipo de difusão depende dos acervos custodiados pelo arquivo, dos usuários e do público que se pretende atrair. Para Bellotto (2004, p. 229), quando o arquivo faz parte do cotidiano das pessoas “um dia o cidadão aparece, por curiosidade ou por outro motivo qualquer.” Neste caso, o resultado leva à assiduidade das pessoas que se identificam com o arquivo.

⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁷ PEREZ, Carlos Blaya. Marketing e difusão. *In*: Curso de especialização em gestão de arquivos UAB – UFSM: disciplina de marketing aplicado aos arquivos. **Livro texto – Unidade A e B**, 2010.

A difusão educativa representa um investimento em usuários futuros, já que é voltada para crianças e adolescentes através de parcerias entre arquivos e escolas. A melhor forma de difundir qualquer assunto, seja ambiental, social, informativo, entre outros, é através das escolas, devido ao potencial de crianças e adolescentes de mudar a realidade a partir de suas próprias casas. Com isso, cria-se um vínculo cada vez mais cedo com o usuário, que futuramente, já estando familiarizado com o arquivo, fará uso de seu acervo, dando credibilidade a este (Almeida, 2014).

Ao analisar os métodos e os impactos da difusão cultural e educativa, Freire (2009, p. 2) faz as seguintes observações:

As atividades culturais e educativas desenvolvidas nos arquivos são as que melhor cumprem a função de transformá-lo num bem social, popular e da comunidade. Seus acervos guardam a história das localidades onde estão inseridos, por isso podem ser utilizados efetivamente como fontes de conhecimento, não apenas para os pesquisadores e historiadores, mas de forma mais democrática – para os cidadãos comuns, e em especial para os alunos.

Pontua-se ainda, que “as formas de difundir os arquivos e seus serviços não são excludentes, ou seja, uma forma não anula a outra, na verdade elas se complementam.” (Prade; Perez, 2017, p. 244). Portanto, ao elaborar e implementar estratégias de difusão para os arquivos, deve-se utilizar os tipos como norteadores dos objetivos traçados e dos impactos e dos públicos que se pretende atingir.

Como se pode observar, a difusão apresenta metodologias de aproximação e de fidelização do usuário. Com isso, apresentam-se os subsídios necessários para que as pessoas se identifiquem com os arquivos. Em suas três dimensões – editorial, cultural e educativa – é possível verificar, na difusão, estratégias que prezam pela criação e/ou pelo fortalecimento do vínculo entre os arquivos e a sociedade.

É claro que a difusão não existe sem as demais funções arquivísticas. Segundo Rockembach (2015, p. 100), “É uma das finalidades da existência dos arquivos, mas esta difusão somente pode ser bem exercida se as demais funções arquivísticas forem executadas de forma eficiente.” Ressalta-se que não é possível difundir um acervo que não recebeu o devido tratamento – classificação, avaliação, descrição, etc. Neste caso, a difusão é totalmente inviável, visto que, sem uma ordem física e intelectual, não é possível saber o que realmente é relevante no acervo.

Por isso mesmo que muitos arquivos não conseguem chegar à etapa de difusão. A demanda pelas funções que a antecedem, normalmente, é alta, fazendo com que todos os esforços se concentrem em outras atividades técnicas que não a preocupação em divulgar o arquivo e propor a aproximação com a sociedade.

Ainda que o cotidiano nos arquivos seja de intensa carga de trabalho direcionada ao tratamento técnico dos documentos, aponta-se, a partir dos métodos de difusão abordados, o papel desta função na aproximação com os usuários. Também, fica evidente seu papel na promoção do acesso às informações custodiadas. Desta forma, dinamiza-se a atuação dos arquivos, reforçando sua imagem como instituição democrática de informação, cultura, memória, etc. Com isso, torna-se latente a faceta social dos arquivos, possibilitando a investitura da aura simbólica necessária, segundo Nora (1984), para que estes sejam vistos como lugares de memória.

A fim de elucidar melhor essa relação entre os termos, foi elaborado um quadro com conceitos em destaque e que foram considerados chave para uma síntese. Assim, pode-se

observar, no Quadro 2, que se evidencia a difusão como condicionante para que os arquivos sejam reconhecidos como lugares de memória na sociedade.

Quadro 2 – Síntese dos conceitos apresentados

Categories	Concepts
Lugar de memória	“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais.” (Nora, 1984, p. 7)
Função dos arquivos	“Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitidos de uma geração a outra. [...] Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva.” (CIA, 2010, [s/p]).
Difusão arquivística	É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor. (Barbosa; Silva, 2012, p. 2).
Simbologia ligada aos lugares de memória	“Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.” (Nora, 1984, p. 18)

Fonte: Elaboração própria com adaptações de Nora (1984), CIA (2010) e Barbosa e Silva (2012).

Na síntese, observa-se que o lugar de memória nasce de forma artificial para lembrar um passado que já não vive na memória das pessoas. Por sua vez, a natureza dos arquivos é a de guardar registros. Sendo estes passíveis de reconstituir a memória individual e/ou coletiva, se devidamente preservados, podem ser caracterizados como uma herança transmitida através de gerações.

A difusão é a função que dá a dimensão e a visibilidade aos arquivos, promovendo o acesso às informações custodiadas por essas instituições. Através de suas metodologias é possível aproximar arquivos e comunidade, criando vínculos de pertencimento. Por fim, a aura simbólica se faz presente justamente nesse efervescer de difundir os arquivos, uma vez que, através dos vínculos estabelecidos com a sociedade, criam-se os sentimentos simbólicos necessários para investir um arquivo como lugar de memória.

Observadas as bases conceituais que envolvem os assuntos e apresentadas as reflexões e as problematizações, passa-se às considerações finais sobre o papel da difusão na possibilidade de efetivação dos arquivos enquanto lugares de memória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, foi possível identificar, na bibliografia consultada, que o conceito e o que determina o arquivo como um lugar como de memória está ancorado nas visões dos autores que citam.

Como visto, um lugar de memória é o abrigo dos sentimentos de nostalgia, de identificação e de pertencimento de uma ou mais pessoas. Com isso, para que um lugar seja de memória, é preciso que este simbolismo esteja presente.

Assim, como mostram as concepções dos autores estudados, a existência dos lugares de memória está vinculada à própria falta de memória nas sociedades históricas – como a

nossa, ocidental – e a necessidade de mantê-la viva como herança para gerações futuras. A necessidade de memória das sociedades atuais é inseparável da atribuição de simbolismo aos lugares de memória pelos cidadãos, pois, para que se tenha efetivamente um lugar de memória, é fundamental que as pessoas se sintam conectadas ao local. Neste sentido, apontaram-se os principais argumentos que fortalecem as visões sobre os arquivos como lugares de memória.

Nora (1984) claramente pontua a necessidade de aura simbólica que denote um lugar como de memória. Parte-se do pressuposto que os arquivos, por suas características orgânicas – representadas nas relações entre documentos e que evidenciam os desdobramentos sociais, políticos e administrativos da sua época de produção – apresentam relevância para a memória coletiva e são tidos como lugares de memória. No entanto, sem a aura simbólica, o que resta são depósitos de informações. É como se a seleção dos documentos fosse um fenômeno descolado das necessidades sociais que engendram a tessitura construtiva dos arquivos.

A fim de construir o simbolismo necessário para que os arquivos sejam lugares de memória, entende-se que a difusão arquivística tem um papel relevante neste processo. A função apresenta-se como meio de divulgação do arquivo, de seu acervo e de suas práticas perante a comunidade. Através de suas metodologias, possibilitam-se o acesso à informação, a fidelização do usuário, a identificação da comunidade com a instituição e, consequentemente, a edificação do local como lugar de memória.

Assim como o lugar de memória exige uma simbologia para sua existência, o arquivo também necessita da efetivação do acesso à informação e dos vínculos com a sociedade para sua existência. Um arquivo, sem a devida dimensão que lhe é dada a partir da difusão, é apenas um depósito de informações.

Desta forma, ao observar as referências, percebe-se que os arquivos por si só já recebem o título de lugares de memória. Para que isso se efetive, em nível de crença socialmente partilhada, não é tão simples. É necessário um processo de identificação das pessoas com os arquivos, para que se apresente a simbologia necessária para a constituição efetiva dos lugares de memória.

Do ponto de vista profissional, os arquivistas percebem nos arquivos todas as ferramentas para que estes sejam eleitos como lugares de memória. Porém, é preciso saber usar tais ferramentas. De fato, as informações presentes nos arquivos são importantes para a cultura e a memória individuais e coletivas. No entanto, apenas a existência dessas informações não é suficiente para que se aponte que o lugar de guarda das mesmas é um lugar de memória. É preciso que um lugar de memória esteja onde o povo está. Dizendo de outra maneira: é somente através de uma percepção desta aura simbólica da “nossa” memória que se tece a sensação de pertencimento.

Sendo assim, entende-se que a difusão é um elemento importante no processo de efetivação dos arquivos como lugares de memória. A simbologia necessária pode ser denotada aos arquivos a partir de metodologias de aproximação das instituições com a sociedade, fidelizando usuários e auxiliando na identificação das pessoas com o lugar. Nisso, cria-se o cenário ideal para que os arquivos ganhem a dimensão de local em que as memórias são abrigadas a partir de informações relevantes para a sociedade e que expressem a memória de uma coletividade através das informações orgânicas que demonstram relações pessoais, civis, políticas, culturais, administrativas, etc.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bruna Carballo Dominguez de. **Da teoria à prática arquivística: a difusão dos arquivos universitários de instituições com cursos de Arquivologia no Brasil**. 2014. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2014. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/conteudo_digital/000007272.pdf. Acesso em: 08 ago. 2021.
- ALMEIDA, Bruna Carballo Dominguez de; MEDEIROS, Roberta Pinto. Una perspectiva sobre la difusión de los archivos de las universidades brasileñas con cursos de archivística. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 11, n. 1, p. 93-97, 2017. DOI: 10.54886/ibersid.v11i1.4345. Acesso em: 01 ago. 2021.
- BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em arquivos: definição, política e implementação de projetos no arquivo público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44894>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, v. 21, n. 1, p. 55-61, 2009. DOI: 10.1590/S0103-37862009000100004. Acesso em: 16 ago. 2021.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. Sem gestão não há difusão e acesso: aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 68-85, set-dez. 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1606/1539>. Acesso em 15 de ago. 2021.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa de Oliveira; CORRADI, Analaura. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/640/pdf>. Acesso em 15 ago. 2021.
- CERAVOLO, S. M. Memória, arquivos, bibliotecas e museus: algumas reflexões. *In*: MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p.45-58
- CONSELHO INTERNACIONAL De ARQUIVOS (CIA). Declaração universal sobre os arquivos. **42ª CITRA**, Oslo, 17 de setembro de 2010. Disponível em:

http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5009ed55-ca1e-424b-8d78-dc0349c0f106&groupId=10136. Acesso em: 20 de ago. 2021.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 129-149, 1998. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>. Acesso em: 09 ago. 2021.

COSER, Stelamares. Lugares de memória. In: GONZÁLEZ, Elena C. P.; COSER, Stelamares. **Em torno da memória: conceitos e relações**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2017. p. 233-243.

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Difusão educativa em arquivos. **Histórica** – revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 34, 2009. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia06/texto06.pdf>. Acesso em 20: ago. 2021.

MENEZES, Maria Cristina; SILVA, Eva Cristina Leite da; TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. **Horizontes**, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005. Disponível em:

[http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-8\[6257\].pdf](http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-8[6257].pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

NORA, Pierre. **Lês Lieux de mémoire**. vol. 1. La Republique. Paris, Gallimard, 1984.

PEREIRA, D. B.; SILVA, E. P. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, v. 29, n. 58, p. 1-22, 2019. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/112488>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PINTO, Suelly Lima de Assis. Museu e arquivo como lugares de memória. **Museologia & interdisciplinaridade**, v. 2, n. 3, 2013. DOI: 10.26512/museologia.v2i3.16689. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16689>. Acesso em: 18 ago. 2021.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADE, Aline Márcia; PEREZ, Carlos Blaya. A importância da gestão documental no contexto do acesso aos documentos e difusão dos arquivos. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 226-253, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47652>.

Acesso em 15 ago. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei B. dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. *In*: SANTOS, V. B. dos; INARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. (org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação preservação digital gestão do conhecimento**. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2009. p. 175-223.